



ESTÍMULO À LEITURA E RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROJETO LÁ LI GIBI

Judy Mauria Gueiros Rosas

Universidade Federal da Paraíba/ judyrosas@superig.com.br

RESUMO

Discutimos os fundamentos teóricos e a prática desencadeada no projeto de extensão Lá Li Gibi, no qual objetivamos desenvolver ações que cultivem o hábito da leitura e ressignificar o papel da biblioteca. Deflagrado em escolas públicas municipais e comunidades das cidades de João Pessoa-PB e de Piranhas-AL, partimos da consideração de que a leitura constitui fundamental ferramenta para que seja possível a ampliação da compreensão do mundo e das relações em que homens e mulheres se imiscuem. Também entendemos ser a leitura uma prática que pode ocorrer em qualquer lugar ou situação. Acrescentamos que não se pode prescindir das bibliotecas, entendidas como equipamentos de disseminação da informação, do conhecimento e da cultura. Destacamos a importância da biblioteca escolar, cujo funcionamento é importante aliado no processo de letramento e de formação de leitores a partir da escola. A despeito do gênero textual, parece-nos que é importante possibilitar o contato das pessoas com o texto escrito, fazendo-as perceber que a leitura é atividade prazerosa. Inferimos que a linguagem fluida, rápida e apoiada por gravuras e ilustrações, características das histórias em quadrinhos podem constituir-se em formidáveis portas que se abrem para o universo dos livros e da leitura. No projeto Lá Li Gibi a leitura do texto se articula com outras linguagens, como a do cinema, a da contação de histórias, o desenho, jogos e brincadeiras. Certamente tal experiência é parte de um caminho que se constrói passo a passo: a superação de analfabetismos absoluto e funcional e o desenvolvimento do hábito da leitura. Ler, imaginar, criar é o trinômio sobre o qual se erige esta proposta de estímulo à leitura.

Palavras chave: Leitura, biblioteca, histórias em quadrinhos.

INTRODUÇÃO

Uma das importantes bandeiras cunhadas nos anos 1500 foi, sem dúvida, a ideia de ‘educação para todos’. Naquele momento, mesmo sem ser uma unanimidade, já se fazia perceber a importância da educação e a necessidade de criar possibilidades para que homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, pelo menos, se alfabetizassem.

Quinhentos anos se passaram e, no mundo, há ainda, segundo a UNESCO 774 milhões de pessoas adultas na condição de analfabetas absolutas (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2013). No Brasil, um dos países que contam com mais de 10 milhões de jovens e adultos analfabetos, existem, de acordo com a PNAD/2016, 12,9 milhões de pessoas vivendo nesta condição (IBGE, 2016).

Neste momento é necessário destacar que, no Brasil, o processo de ampliação da oferta de vagas em escolas públicas aconteceu apenas a partir da primeira metade dos anos 1970, como política necessária à consolidação do ideário da então ditadura civil-militar então instalada. E hoje a cobertura de escolarização para as



crianças com idades de 6 a 14 anos ainda não foi plenamente alcançada, ao registrar um percentual de 98,5%, o que corresponde, em números absolutos a 27.460.209 pessoas. Fora da escola, nesta mesma faixa etária, encontram-se 460.000 crianças (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2015). Com relação à faixa etária de 15 a 17 anos, de acordo com a PNAD 2016, apenas 83% destes jovens estão frequentando a escola.

Para se ter uma ideia do drama que tal situação representa, apresentamos dados relativos aos pouco mais de 144 milhões de pessoas que compunham o eleitorado brasileiro em 2016. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016), a maior parte dos eleitores não concluiu o ensino fundamental e representa 41,1 milhões de pessoas. Há também aquelas que apenas leem e escrevem e contam 15,4 milhões, além dos analfabetos e analfabetas absolutas, que são 6,9 milhões de eleitores.

Ou seja, ainda hoje quase metade (44,17%) dos eleitores brasileiros não garantiu o nível mínimo de escolarização preconizado na Constituição Federal promulgada em 1988.

Quando apontamos tais dados não os estamos descolando do contexto mais geral da sociabilidade. Ao contrário, entendemos que esta situação é uma das expressões da desigualdade existente no país, ao lado de outras formas tão brutais quanto é o analfabetismo em pleno século XXI.

De acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em setembro de 2016, a disparidade de renda entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil ainda é enorme. 39,9% do total de rendimentos está com os 10% mais ricos, enquanto que 1,4% creditam-se aos 10% com menores rendimentos (IBGE, 2016, p.67).

Esta situação pode ser observada, por exemplo, quando consideramos o Índice de GINI. Este índice mede a concentração de renda e, na prática, compara os 20% mais ricos com os 20% mais pobres de cada país, numa escala que varia de zero a 1, em que o zero indica plena igualdade de renda e o 1 expressa a maior desigualdade possível.

No Brasil, o coeficiente de GINI que, em 1993, marcava 0,634, chegou ao patamar de 0,52 em 2016 (COSTA; GONÇALVEZ, 2017). Ou seja, após 22 anos, a desigualdade no país voltou a crescer.

Em outros termos, a desigualdade de acesso, apropriação e usufruto aos bens socialmente produzidos no Brasil marca um histórico e persistente modelo de desenvolvimento concentrador de riqueza, que supera quase todos os países das Américas, e encontra correspondência na desigual forma como é cindida a sociedade em relação ao conhecimento. Entretanto, para que tal contradição



seja aceita como legítima é necessário o recurso ideológico de transformá-la em característica comum, eterna e natural às sociabilidades.

Fazemos esta afirmação porque observamos ser comum, na sociedade brasileira, o reconhecimento de que entender as conexões entre as coisas é resultado da atividade intelectual de indivíduos privilegiados e inteligentes. Estes se sobrepõem às pessoas simples que não avançaram a patamares superiores de escolarização, não acumularam vitórias para exibir nos seus currículos e são, portanto, medíocres. Vivemos num país em que a condição de analfabeto impõe à pessoa a pecha desumanizante de ‘burro’ (animal quadrúpede de carga).

Ao tomar para si a responsabilidade sobre a sua condição, tais pessoas assumem possuir uma suposta incapacidade e falta de talento ou competência. Este é o tipo de pensamento que se associa a outro também muito difundido e aceito como verdade: é o marginal, o excluído. O que está fora do que os seres humanos participam.

Daí, podemos apreender a dimensão ideológica que permeia o debate sobre o ser analfabeto. Isto porque o analfabetismo não é um fenômeno de marginalização ou de exclusão social, dada a impossibilidade de os homens e as mulheres viver fora da sociedade. Na verdade, eles têm uma inclusão subalterna (FREIRE, 1977) e brutal que lhes impediu o acesso ao uso do código letrado como instrumento de comunicação e compreensão mais aguçada do mundo.

Ainda segundo Freire (1977), estas pessoas vivem no interior da sociedade uma situação de espoliação tal que as transforma em seres para o outro, heterônomas. Isto é, o em si do ser transforma-se no para si de outro ser que, apesar de lhe ser absolutamente exterior, o desapropria e espolia.

Ao lado desta questão, também devemos considerar o desemprego, o racismo, a violência urbana e no campo, e múltiplas situações em que a desigualdade se espalha. Queremos afirmar que algo unifica as pessoas analfabetas e subescolarizadas. Elas são pobres.

Inferimos, portanto, que o analfabetismo e a subescolarização são expressões da multifacetada luta de classes (ROSAS, 2008). E o papel da educação, como esfera de reprodução dos papéis, dos lugares e das funções que sujeitos desiguais exprimem a vida, é fundamental.

Apesar desta predominância, não podemos olvidar que a luta não pode ser entendida apenas como uma categoria meramente especulativa. Ela desponta como fundamento necessário aos processos emancipatórios protagonizados por homens e mulheres, e, num aparente paradoxo, encontra na própria educação

elementos sem os quais a necessária crítica do real torna-se inviável.

É neste sentido que reconhecemos o caráter civilizatório embutido no fato de ser alfabetizado, além da necessidade de desencadear ações que estimulem o desenvolvimento do hábito da leitura, cujos índices, segundo pesquisas, são baixos.

Acrescentamos que não se pode prescindir das bibliotecas, especialmente as bibliotecas escolares, se almejarmos desencadear políticas e ações para o letramento e o desenvolvimento do hábito da leitura.

Esta é, portanto, a hipótese sobre a qual se apoia o projeto de extensão Lá Li Gibi, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2016, em comunidades e escolas públicas municipais situadas em bairros periféricos da cidade de João Pessoa e em Piranhas, cidade ribeirinha localizada no sertão de Alagoas.

No projeto Lá Li Gibi, partimos da consideração de que o estímulo e o desenvolvimento do hábito da leitura constituem fundamentais ferramentas para que seja possível a ampliação da compreensão do mundo e das relações em que homens e mulheres se imiscuem. Também entendemos ser a leitura uma prática que pode ocorrer em qualquer lugar ou situação.

A despeito do gênero textual, parece-nos que inicialmente o mais importante é possibilitar o contato das pessoas com o texto escrito, fazendo-as perceber que a leitura é atividade prazerosa. Além disso, entendemos que a linguagem fluida, rápida e apoiada por gravuras e ilustrações, características das histórias em quadrinhos, podem constituir-se em formidáveis portas que se abrem para o universo dos livros e da leitura.

Vale informar que o desencadeamento do projeto Lá Li Gibi resultou da fundação de uma biblioteca localizada na cidade de Piranhas/AL. Por ser proprietária de uma casa nesta localidade, no ano de 2013 foi tomada a decisão de, junto a discentes de cursos de licenciatura da UFPB Campus 1, ocupar este espaço que passava a maior parte do tempo fechado, com a criação de uma biblioteca, cujo nome de registro é Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN).

O acervo da BPRN, constituído após ampla campanha de doação, conta com aproximadamente 800 revistas de histórias em quadrinhos e 3.000 livros. Nas ações do projeto Lá Li Gibi parte deste acervo era disponibilizado para leitura, manuseio e empréstimo.

Portanto, ao levarmos as obras pertencentes à BPRN para os locais de execução do projeto de estímulo à leitura, o fizemos sob o entendimento de que uma biblioteca viva deve



extrapolar os seus limites físicos e ir aonde as pessoas analfabetas e não leitoras estiverem.

METODOLOGIA/DISCUSSÃO

No Brasil, é comum ouvirmos pessoas afirmarem que não leem porque não gostam ou não têm paciência. Pesquisas realizadas por amplo espectro de instituições confirmam o que nas ruas e escolas facilmente observamos. Informações oficiais acerca da aptidão de alunos da educação básica em leitura e escrita apontam resultados espantosos.

Segundo demonstra a 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (FAILLA, 2016) vários são os motivos elencados pelas pessoas entrevistadas para apontarem as dificuldades que têm de ler e, conseqüentemente, por não terem desenvolvido o hábito da leitura. No quadro abaixo apresentamos tais motivos e os seus correspondentes percentuais, numa comparação entre três edições publicadas da pesquisa em foco.

Quadro 1. Dificuldades que tem ao ler (%)

Dificuldades	2007	2011	2015
Lê muito devagar	16	19	20
Não tem paciência para ler	11	20	24
Tem problema de visão ou outras limitações físicas	8	13	17
Não tem concentração suficiente para ler	7	12	11
Não compreende a maior parte do que lê	7	8	8
Não sabe ler	15	9	10
Não tem dificuldade alguma	48	43	33

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4 (2016), p. 231.

Quais motivos podemos encontrar para tamanha situação?

Em primeiro lugar destacamos a escola, instituição que deve se ocupar com o processo de transmissão de saberes e de desenvolvimento do letramento. Nesta, o processo de leitura é engessado e transformado numa atividade enfadonha e desligada de sentido para o leitor. Escassos são os exemplos de alunos que conseguiram, pela experiência escolar, desenvolver interesse pela leitura.



De acordo com Hila (2009), na escola, o processo de inclusão do texto objetiva, principalmente, explorar os aspectos gramaticais da língua materna, em detrimento do desenvolvimento das

Capacidades de leitura e de escrita necessárias para a participação efetiva do indivíduo num mundo multissemiótico, no qual há necessidades de leitores não apenas do texto verbal, mas de textos que trazem múltiplos sistemas de linguagem (verbal, visual, audiovisual, gestual) (HILA, 2009, p.7).

Além disso, quando se propõe realizar na escola atividades de leitura enfatiza-se a literatura e a poesia, como se fossem os únicos gêneros textuais e literários aceitáveis.

Não à toa que nas edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2007, 2011, 2016), que tem entre seus principais objetivos “levantar o perfil do leitor e do não leitor de livros” e “coletar as preferências do leitor brasileiro”, observamos que é considerada uma pessoa leitora aquela que lê livros especialmente de literatura.

Nesta mesma direção, Machado (2012) afirma que “ler é uma oportunidade de se ter contato com a literatura, arte das palavras” (p.59). Ou seja, o modo como a escola tenta desenvolver a leitura não a inclui enquanto uma atividade habitual para os seus alunos e alunas, além de desconsiderar a multiplicidade de situações em que esta pode se dar.

Em outros termos, a escolarização da leitura tem demonstrado a incapacidade de a escola formar a pessoa leitora.

Quando formulamos o projeto Lá Li Gibi, procuramos seguir o caminho contrário do praticado na escola. Nossa intenção era mostrar que somos todos leitores e leitoras, mesmo que não saibamos ler. Isto porque reconhecemos que, para além da palavra escrita, as imagens também carregam um texto e, portanto, comunicam.

Daí inferimos sobre a necessidade de ampliar o repertório de ferramentas que ponham as pessoas em situações de comunicação com o mundo, de modo que não seja apenas através da oralidade. E para além da fala há o registro marcado no papel, no computador, nos murais, nos *outdoors*. Daí surgiu a ideia de começar a trabalhar o estímulo ao hábito da leitura a partir das histórias em quadrinhos, que conjugam imagens sequenciais e textos curtos, que não ‘assustam’ ou desestimulam o leitor e a leitora iniciantes.

Definimos que o projeto Lá Li Gibi adotaria como fio condutor das ações a criação de situações de leitura, de estímulo à imaginação e possibilidades de exercício da capacidade criativa. Para tanto, oferecemos um variado repertório e situações de leitura a partir da disponibilização de histórias em quadrinhos, da apresentação de sessões de contação de histórias, de oficinas criação de histórias em



quadrinhos, além de várias brincadeiras de ler e escrever cujos suportes não se restrinjam ao papel e o lápis.

Durante todas as ações que realizamos foi destacado para os participantes que o projeto Lá Li Gibi consistia na saída de uma biblioteca para quaisquer lugares. E, mesmo nas escolas e comunidades que sistematicamente visitamos, sempre foi destacado que aquela ação fazia parte de uma biblioteca, a BPRN.

Talvez, imediatamente, tal observação não seja compreendida no âmbito da crítica que fazemos ao modo como a leitura é trabalhada na maior parte das escolas. Neste ponto merece atenção a negligência como é tratada a biblioteca no Brasil e, mais especificamente, a biblioteca escolar.

No segundo semestre de 2011 foi publicado o resultado do 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas. Este, além de confirmar que 79% dos então 5565 municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca em funcionamento no ano de 2009, identificou que apenas 12% delas funcionavam aos sábados, 24% abriam à noite e 99% permaneciam fechadas aos domingos (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011).

Sobre as bibliotecas escolares destacamos a decretação da Lei Nº 12.244/2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (BRASIL, PLANALTO, 2010). Esta lei, composta por 4 artigos, determina que: “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas” (ART. 1º), “será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado” (PARÁGRAFO ÚNICO), “os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos” (ART. 3º).

Como podemos observar, já estamos próximos do prazo final estabelecido pela lei e a universalização das bibliotecas escolares longe está de ser uma realidade no Brasil. Como apresentado na pesquisa Avaliação das Bibliotecas Escolares, em 2011, havia no Brasil 139.765 escolas de ensino fundamental (EF) e/ou ensino médio (EM) distribuídas pelas regiões, como descrito no quadro abaixo.

Quadro 2: Número absoluto e taxa de escolas de EF e/ou EM por região do Brasil

REGIÃO	Número de escolas	%
NORTE	21.890	15,66



NORDESTE	65.143	46,60
SUDESTE	30.277	21,66
SUL	16.069	11,49
CENTRO OESTE	6.436	4,60

Fonte: BRASIL/MEC. Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil, 2011, p. 26.

Vê-se, no quadro 2, que a Região Nordeste possui quase a metade do total das escolas do país (46,60%). Em termos comparativos, a Região Sudeste tem menos da metade de escolas em relação ao Nordeste (21,66%) e a Região Sul possui $\frac{1}{4}$ do número total de escolas nordestinas. No entanto, esta supremacia numérica não preserva correspondência no que se refere à existência de bibliotecas nas escolas. Senão vejamos o quadro que segue.

Quadro 3: Número absoluto e peso regional de escolas de EF e/ou EM com biblioteca no Brasil

REGIÃO	Nº de escolas c/biblioteca	%
NORTE	3.320	7,59
NORDESTE	10.065	23,02
SUDESTE	16.956	38,79
SUL	10.547	24,13
CENTRO OESTE	2.829	6,47

Fonte: BRASIL/MEC. Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil, 2011, p. 26.

A observação do quadro acima indica que apenas $\frac{1}{6}$ das escolas nordestinas são equipadas com biblioteca. E isto, ao considerarmos as quantidades, expõe que as desigualdades regionais também se expressam neste quesito, pois tanto a Região Sudeste como a Região Sul possuem mais escolas com bibliotecas que o Nordeste.

Tal constatação implica em inferir que uma real democratização da sociedade passa, necessariamente, pela democratização do acesso à educação e aos equipamentos de disseminação de informação, conhecimento e cultura, como é o caso das bibliotecas.

A especificidade da biblioteca escolar, enquanto ferramenta indispensável à formação de leitores e auxiliar do trabalho desenvolvido na sala de aula, carece ainda de atenção por parte dos sujeitos que a compõem. Isto porque ao problema anteriormente descrito se somam práticas escolares que insistem em fazer da biblioteca o lugar dos castigos impostos a alunos e alunas consideradas impertinentes na sala de aula, e que são agravados com a recomendação da leitura de um livro durante o período da punição.

Ou seja, falta à escola apresentar aos discentes, além da necessidade, o potencial de diversão e encantamento que há no ato de ler.

Estas reflexões serviram para guiar o funcionamento da BPRN e do projeto de extensão Lá Li Gibi, em cuja execução contamos com atividades fixas (contação de histórias, cineclube, bingo de textos e oficina de produção de histórias em quadrinhos) e outras sempre revezadas a cada ação (forca, ‘sussurrador de textos’, ‘palavrices’, jogos de tabuleiro, atividades físicas com leitura).

Entre 2014 e 2016 levamos o projeto Lá Li Gibi, em João Pessoa, para duas escolas públicas municipais, para uma comunidade quilombola, para a festa de nossa Senhora da Penha, além de termos trabalhado (esporadicamente) com setor da Secretaria Municipal de Saúde e na Unidade de Saúde da Família da Penha. Em Piranhas, também executamos o projeto em duas escolas públicas municipais, realizamos sessões de cinema em três comunidades (uma na sede do município e outras duas nos distritos do Piau e de Entre Montes). Em todas as ações levamos parte do acervo de livros e gibis da BPRN para que as pessoas pudessem iniciar o caminho para tornarem-se leitoras.

Ao longo destes três anos atendemos cerca de duas mil pessoas que se divertiram com atividades de leitura. Destas ações foi criado o blog da Biblioteca Popular Riacho do Navio, no qual há uma pequena biblioteca com links relacionados à área educacional, há postagens com textos dos participantes, publicação de trabalhos de crianças e jovens participantes do projeto, fotos, vídeos, reflexões acerca do problema da leitura, etc.

CONCLUSÕES

Entendemos que um dos méritos do projeto Lá Li Gibi foi a inclusão, no debate acerca do gostar de ler, de uma crítica a práticas escolares de leitura que mais afastam que alcançam adesão dos leitores em formação. E, ao longo das inúmeras ações, pudemos demonstrar que a leitura pode ser um prazer.

A hipótese levantada de que a biblioteca, para funcionar plenamente, deve extrapolar o seu espaço físico e ir aos lugares onde estão as pessoas não leitoras, pôde ser confirmada quando observamos o gosto e a disponibilidade das pessoas ao entrar em contato com o mundo da leitura e da escrita, nas brincadeiras realizadas no projeto.

Acrescentamos que ressignificar o papel da biblioteca foi um dos principais movimentos nas ações do projeto.

Ir além da oferta de leitura literária e disponibilizar um variado acervo de histórias em



quadrinhos proporcionou maior aproximação dos leitores em formação ao universo da leitura.

Também indicamos que as brincadeiras do projeto Lá Li Gibi demonstraram ser possível trabalhar leitura de maneira em que a dimensão lúdica da educação assume relevância. Além disso, várias das ferramentas e atividades desenvolvidas pela equipe do projeto, em 2016 já haviam sido incorporadas às atividades escolares desenvolvidas, por exemplo, na escola pública municipal localizada na comunidade da Penha.

Estes foram três anos de construção de conhecimentos mediados pelas experiências, pelos erros e redirecionamentos de atividades e procedimentos resultantes de permanente avaliação.

Tal experiência, presentemente, está sendo sistematizada numa pesquisa intitulada ‘Lá li gibí: construindo conclusões’, por entendermos que tal processo poderá contribuir para apontar algumas alternativas à superação do problema da leitura no Brasil, que não pode ser compreendido isoladamente, mas enquanto resultado de múltiplas relações.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Promulgada em 15 de outubro de 1988. **Senado Federal**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 13/01/2013.
2. _____. Presidência da República. **Lei Nº12.244 de 24 de maio de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 12/03/2016.
3. _____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. **Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04/08/2017.
4. COSTA, Daiane; GONÇÁLVES, Kátia. Com crise, desigualdade no país aumenta pela primeira vez em 22 anos. **O Globo**. Economia, 17/03/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992>. Acesso em: 14/08/2017.
5. FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Retra>



- tosDaLeitura2016 LIVRO EM PDF FINAL COM CAPA.pdf. Acesso em: 14/08/2017.
6. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
 7. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo nacional das bibliotecas públicas municipais**. Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Censo-bibliotecas-publicas-brasil.pdf>. Acesso em: 26/11/2015.
 8. FUNDAÇÃO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 3**. 2011. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf. Acesso em: 30/08/2013.
 9. HILA, Cláudia Valéria Doná. **Ressignificando a aula de leitura a partir dos gêneros textuais**. In: NASCIMENTO, E.L. (Org.). *Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino*. 1.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, p.151-194. Disponível em: http://www.escrita.uem.br/adm/arquivos/artigos/publicacoes/leitura_e_ensino/Claudia_Ressignificando_a_aula_de_leitura__livro_SIGET09%5B1%5D.pdf. Acesso em: 01/03/2014.
 10. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD): síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 14/08/2017.
 11. MACHADO, Ana Maria. **Sangue nas veias**. 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/images/antigo/4095.pdf>. Acesso em: 24/10/2014.
 12. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **UNESCO: Analfabetismo cai, mas mulheres ainda têm menos acesso à educação**. 09/09/2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-analfabetismo-cai-mas-mulheres-ainda-tem-menos-acesso-a-educacao/>. Acesso em: 14/08/2017.
 13. OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do Plano Nacional de Educação: ensino fundamental/ porcentagem de crianças de 6 a 14 anos na escola – taxa de atendimento (Pnad)**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/indicadores>. Acesso em : 14/08/2017.
 14. ROSAS. Judy M. Gueiros. **O analfabetismo na fase atual do capitalismo no Brasil (2002/2007)**. Recife: O Autor, 2008. 165p.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

15. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016 – eleitorado:** grau de instrução. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>. Acesso em: 14/08/2017.